

ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Carta de Apresentação

Nos termos da Resolução BCB nº 2/2020 e Instrução Normativa BCB nº 236/2022, a **ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (“Companhia”)** apresenta ao Banco Central do Brasil as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Relatório da Administração;
- b) Relatório dos Auditores Independentes;
- c) Balanço patrimonial;
- d) Demonstração do resultado;
- e) Demonstração do resultado abrangente;
- f) Demonstração da mutação do patrimônio líquido;
- g) Demonstração do fluxo de caixa; e
- h) Notas explicativas correspondentes.

Por Fim, cumpre saliente que a Administração da **Companhia** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis do Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Financeiras livres de distorções.

CARLOS EDUARDO
FERREIRA
TAVARES:04796962174

Assinado de forma digital por
CARLOS EDUARDO FERREIRA
TAVARES:04796962174
Dados: 2025.03.26 15:27:38
-03'00'

CARLOS EDUARDO FERREIRA TAVARES
Diretor Financeiro e de Contabilidade

LUIZ FERNANDO
MESSIAS
BISPO:882798208
68

Assinado de forma digital por
LUIZ FERNANDO MESSIAS
BISPO:88279820868
Dados: 2025.03.26 14:54:30
-03'00'

LUIZ FERNANDO MESSIAS BISPO
Contador CRC 1SP105235/O-6



ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

(CNPJ: 49.947.715/0001-45)

Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice

	Páginas
Relatório da Administração	4
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	5 a 7
Balanço Patrimonial	8
Demonstração do Resultado do Exercício	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
Demonstração do Resultado Abrangente.....	12
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	13 a 20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da **ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (“Companhia”)** relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A **Companhia** foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em 06 de fevereiro de 2023, conforme Ofício 2695/2023-BCB/Deorf/GTBHO e Ofício 3031/2023-BCB/Deorf/GTBHO, de 08/02/2023, publicado no DOU, edição 26, seção 3, página 122 e edição 28, seção 3, página 119, respectivamente e iniciou suas atividades em março de 2023.

A **Companhia** é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento, previstas pelas normas legais e regulamentares em vigor.

A administração da **Companhia** agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

A Diretoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Sócios e Administradores da
ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 25 de março de 2025.

CRC/DF 002803/O-1

Josias Oliveira Barros Neto
CRC/DF 009386/O-1

QUADRO 1

ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Valores em R\$ mil)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		8.440	6.284
CIRCULANTE		6.779	5.685
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	10	10
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivados	5	1.487	1.736
Livres		1.487	1.736
Certificados de Depósitos Bancários – CDB		424	388
Cotas de Fundos de Investimentos		1.063	-
Banco Central - Depósitos para Capital em títulos		-	1.348
Operações de Crédito	6	5.181	3.266
Setor Privado		5.771	3.378
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(590)	(112)
Outros Créditos		101	673
Impostos e Contribuições a Compensar		101	671
Diversos		-	2
NÃO CIRCULANTE		1.661	599
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.642	599
Operações de Crédito	6	1.642	599
Setor Privado		1.811	614
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(169)	(15)
Imobilizado Líquido		19	-
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO		8.440	6.284
CIRCULANTE		651	962
Cobrança e Arrecadação de Tributos		5	6
Obrigações Sociais e Estatutárias		604	204
Obrigações Fiscais e Previdenciárias		33	746
Credores Diversos - País		9	6
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.789	5.322
Capital Social	7a	5.600	3.000
Aumento de Capital		-	2.600
(-) Capital a Realizar		-	(1.283)
Reservas de Lucros		2.189	1.005

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 2

ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e segundo semestre de 2024.

(Valores em R\$ mil)

	Nota	01/07/2024 a 31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.195	7.721	3.131
Operações de Crédito	9c	4.028	7.436	2.909
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		96	162	222
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízos		71	123	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(797)	(1.421)	(127)
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(358)	(632)	(127)
(-) Créditos Baixados como Prejuízos		(439)	(789)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.398	6.300	3.004
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(1.949)	(3.511)	(1.073)
Rendas de Prestação de Serviços		-	-	1
Outras Despesas Administrativas	9a	(1.649)	(2.947)	(812)
Despesas Tributárias	9b	(199)	(361)	(147)
Outras Receitas Operacionais		-	1	-
Outras Despesas Operacionais		(101)	(204)	(115)
RESULTADO OPERACIONAL		1.449	2.789	1.931
RESULTADO NÃO OPERACIONAL				-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		1.449	2.789	1.931
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8	(527)	(1.171)	(722)
Imposto de Renda		(325)	(723)	(444)
Contribuição Social		(202)	(448)	(278)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		922	1.618	1.209
Quantidade de Ações ON Integralizadas		5.600.000	5.600.000	4.316.700
Lucro/(Prejuízo) por ação		0,16447	0,28885	0,28019

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 3

ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e segundo semestre de 2024.
(Valores em R\$ mil)

	Capital Social	Aumento de Capital	Capital a Integralizar	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Lucros Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de Capital	3.000	2.600	(1.283)	-	-	-	4.317
Lucro/(Prejuízo) líquido do período	-	-	-	-	-	1.209	1.209
Reservas de Lucros	-	-	-	56	949	(1.005)	-
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	-	-	-	-	-	(204)	(204)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.000	2.600	(1.283)	56	949	-	5.322
Integralização de Capital	2.600	(2.600)	1.283	-	-	-	1.283
Lucro/(Prejuízo) líquido do período	-	-	-	-	-	1.618	1.618
Reservas de Lucros	-	-	-	81	1.103	(1.184)	-
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	-	-	-	-	-	(434)	(434)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.600	-	-	137	2.052	-	7.789
Saldos em 30 de junho de 2024	5.600	-	-	56	949	696	7.301
Integralização de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Lucro/(Prejuízo) líquido do período	-	-	-	-	-	922	922
Reservas de Lucros	-	-	-	81	1.103	(1.184)	-
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	-	-	-	-	-	(434)	(434)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.600	-	-	137	2.052	-	7.789

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 4

ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e segundo semestre de 2024.

(Valores em R\$ mil)

	01/07/2024 a 31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	922	1.618	1.209
(+) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	797	1.421	127
(-) Créditos baixados para prejuízo	(439)	(789)	-
(+) Amortizações Depreciações	2	2	-
Lucro Líquido Ajustado	1.282	2.252	1.336
Variações nas contas do Ativo e Passivo			
(Aumento)/Redução de Operações de crédito	(1.972)	(3.590)	(3.992)
(Aumento)/Redução de Títulos e Valores Mobiliários	864	249	(1.736)
(Aumento)/Redução de Outros Créditos	447	572	(673)
Aumento/(Redução) em Cobrança e Arrecadação de Tributos	-	(1)	6
Aumento/(Redução) em Obrigações Sociais e Estatutárias	-	(33)	-
Aumento/(Redução) em Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(637)	(713)	746
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(13)	2	6
	(1.311)	(3.514)	(5.643)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(29)	(1.262)	(4.307)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de Imobilizado de Uso	(7)	(21)	-
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos	(7)	(21)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Capital integralizado	-	1.283	4.317
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	-	1.283	4.317
Aumento/(Redução) líquido no caixa e equivalentes a caixa	(36)	-	10
Demonstração do aumento/(redução) nas disponibilidades			
Caixa e equivalentes a caixa no começo do período	46	10	-
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	10	10	10
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(36)	-	10

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 5

ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e segundo semestre de 2024.

(Valores em R\$ mil)

	01/07/2024 a 31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Resultado Líquido do Período	922	1.618	1.209
(+/-) Outros Resultados Abrangentes da Instituição:	-	-	-
Resultado Abrangente do Período	922	1.618	1.209

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e segundo semestre de 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (“Companhia”), é uma companhia de capital fechado, com sede na cidade de Águas Lindas de Goiás, estado de Goiás, no Brasil. A Companhia tem como objeto social, a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento, previstas pelas normas legais e regulamentares em vigor.

A Companhia foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em 06 de fevereiro de 2023, conforme Ofício 2695/2023-BCB/Deorf/GTBHO e Ofício 3031/2023-BCB/Deorf/GTBHO, de 08/02/2023, publicado no DOU, edição 26, seção 3, página 122 e edição 28, seção 3, página 119, respectivamente e iniciou suas atividades em março de 2023.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil.

As Demonstrações Financeiras da Companhia estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº 4.910/21 do CMN e da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

As Demonstrações Financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia e foram por ela aprovadas em 20 de fevereiro de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação do balanço patrimonial estão apresentadas a seguir.

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, os quais estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e segundo semestre de 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3. Operações de crédito e provisão para crédito em liquidação duvidosa

Operações de crédito e provisão para crédito em liquidação duvidosa: As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

3.4. Outras imobilizações de uso

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição, A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A vida útil dos bens móveis, equipamentos e instalações são de 10 anos, com depreciação anual de 10%. A taxa de depreciação se manteve no decorrer do exercício de 2024.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e segundo semestre de 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

3.6. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.7. Capital social

O investimento efetuado na Companhia pelos acionistas é representado pelo capital social, discriminando o montante subscrito, e, por dedução, a parcela ainda não realizada, denominada capital a integralizar.

Existindo custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, estes são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido e os efeitos de impostos relacionados aos custos dessa transação são contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12.

3.8. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

- A Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.
- Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:
 - Dificuldades financeiras significativas do devedor;
 - Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
 - Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
 - A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
 - O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

3.9. Tributos

a) Tributos sobre as receitas

As receitas estão sujeitas à tributação de PIS, COFINS E ISS às alíquotas de 0,65%, 4% e 5%, respectivamente.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e segundo semestre de 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mês para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.10. Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB nº 2/2020. Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades da Financeira ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é realizada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

3.11. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao exercício futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

3.12. Resolução CMN 4.966/21 – Instrumentos Financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Dessa forma, a instituição elaborou o seu Plano de implementação da regulamentação contábil para os próximos anos e mantém à disposição do Banco Central do Brasil.

A lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, em sintonia com a nova norma contábil de instrumentos financeiros. Nosso plano de implementação é composto pela revisão das atividades impactadas, desenho do modelo ideal, implementação dos requerimentos exigidos pela norma, ambiente de testes e ajustes necessários para a entrada em produção. O encerramento dos trabalhos de implementação está previsto para 2024. O plano inicial poderá ser impactado ao longo do processo considerando a emissão e/ou atualizações das normas pelo Bacen.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e segundo semestre de 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.13. Principais práticas contábeis

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

- **Provisão para crédito em liquidação duvidosa:** Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos exercícios de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 2.682/1999.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos Bancários	10	10
Total	10	10

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Descrição	Categoria	31/12/2024	31/12/2023
Títulos e Valores Mobiliários e instrumentos Financeiros Derivados Livres			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	Negociáveis competitivos	424	388
Fundos de Investimentos	Negociáveis competitivos	1.063	-
		1.487	388
Vinculados ao Banco Central			
Depósitos para Capital em Títulos			
Títulos Públicos Federais - Tesouro Nacional	Negociáveis competitivos	-	1.348
		-	1.348
Total		1.487	1.736

6. OPERAÇÃO DE CRÉDITO

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e segundo semestre de 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Composição por tipo de operação de crédito, tipo de cliente e tipo de atividade econômica:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Crédito Pessoal	6.941	3.992
Empréstimos com Garantia de Imóveis	641	-
Total	7.582	3.992
Ativo Circulante	5.771	3.378
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.811	614
Total	7.582	3.992

b) Composição da carteira por nível de risco:

		<u>31/12/2024</u>				<u>31/12/2023</u>			
		Provisão				Provisão			
	Provisão Mínima								
Rating	%	Carteira	Mínima	Adicional	Total	Carteira	Mínima	Adicional	Total
AA	0%	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5%	3.843	19	-	19	2.515	13	-	13
B	1,0%	996	10	-	10	385	4	-	4
C	3,0%	1.260	38	-	38	741	22	-	22
D	10,0%	499	50	-	50	223	22	-	22
E	30,0%	332	100	-	100	61	18	-	18
F	50,0%	187	93	-	93	18	9	-	9
G	70,0%	55	39	-	39	34	24	-	24
H	100,0%	410	410	-	410	15	15	-	15
Total		7.582	759	-	759	3.992	127	-	127

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia é de 5.600.000 de ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no país.

b) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% sobre o lucro líquido da Companhia, conforme os termos da legislação societária. Será constituída obrigatoriamente pela Companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida, ou poderá, a critério da Companhia, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somado ao montante da reserva de capital, atingir 30% do capital social.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e segundo semestre de 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo e/ou juros sobre o capital próprio, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

d) Reserva de retenção de lucros

Estabelecida pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar/reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social:

Descrição	01/07/2024 a 31/12/ 2024	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição Social	1.449	2.789	1.931
(+/-) adições/ exclusões			
(+) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	797	1.421	127
(-) Créditos Baixados para Prejuízos	(463)	(789)	-
(+) Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	-	-	-
(-) Juros sobre o Capital Próprio	(434)	(434)	(204)
Lucro Real/(Prejuízo Fiscal)	1.349	2.987	1.854
Imposto de Renda - alíquota de 15%	202	448	278
Imposto de Renda - alíquota adicional de 10%	123	275	166
Total do Imposto de Renda	325	723	444
Contribuição Social - alíquota de 15%	202	448	278
Contribuição Social - alíquota adicional de 1%	-	-	-
Total da Contribuição Social	202	448	278

9. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Despesas administrativas:

Outras Despesas Administrativas	01/07/2024 a 31/12/ 2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de processamento de dados	-	-	30
Despesas de serviços do sistema financeiro	23	45	18
Despesas de serviços de terceiros	1.342	2.439	670
despesas de serviços técnicos especializados	-	-	48
Outras despesas administrativas	282	461	46
Despesas de depreciações	2	2	-
Total	1.649	2.947	812

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e segundo semestre de 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Despesas tributárias:

Despesas Tributárias	01/07/2024 a 31/12/ 2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Tributárias	3	4	1
PIS	28	50	21
COFINS	168	307	125
Total	199	361	147

c) Rendas com operações de Crédito:

Rendas de Operações de Crédito	01/07/2024 a 31/12/ 2024	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de empréstimos	4.028	7.436	2.909
Total	4.028	7.436	2.909

10. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Estrutura de gerenciamento de risco operacional, mercado e crédito A Companhia, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557/17, possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados, cujas classes principais são: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez e risco de taxa de juros da carteira bancária.

Complementarmente, a Companhia conta também com estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a necessidade de capital para face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios.

Risco de mercado: Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados como carteira de não negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da Companhia.

Risco de crédito: O processo de crédito, desde a proposição e captura dos dados cadastrais até o encaminhamento para cobrança, é suportado por sistema integrado de fornecedor terceiro. O monitoramento contínuo da exposição ao risco de crédito ocorre tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, visando a detecção tempestiva de indícios de deterioração da qualidade da carteira.

Risco de liquidez: A Companhia trabalha com níveis de liquidez (“colchão”) para horizontes de curto e longo prazo, e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e segundo semestre de 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco operacional: A análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades da Companhia, de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes. Informações adicionais relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos estão disponíveis no Relatório de Gestão de Riscos.

CARLOS EDUARDO
FERREIRA
TAVARES:04796962174

Assinado de forma digital por
CARLOS EDUARDO FERREIRA
TAVARES:04796962174
Dados: 2025.03.26 15:28:24 -03'00'

CARLOS EDUARDO FERREIRA TAVARES
Diretor Financeiro e de Contabilidade

LUIZ FERNANDO
MESSIAS
BISPO:882798208
68

Assinado de forma digital
por LUIZ FERNANDO
MESSIAS
BISPO:88279820868
Dados: 2025.03.26 14:55:24
-03'00'

LUIZ FERNANDO MESSIAS BISPO
Contador CRC 1SP105235/O-6